

Associação Saúde em Português

Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2023

Índice

Balanço	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas	5
Demonstração dos Resultados por Funções	6
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa	8
Anexo	9
1. Identificação da Entidade	9
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	9
3. Principais Políticas Contabilísticas	11
3.1.1. Continuidade:	11
3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):.....	11
3.1.3. Consistência de Apresentação.....	11
3.1.4. Materialidade e Agregação:.....	12
3.1.5. Compensação.....	12
3.1.6. Informação Comparativa	12
3.2.1. Activos Fixos Tangíveis.....	12
3.2.2. Bens do património histórico e cultural.....	13
3.2.3. Propriedades de Investimento	13
3.2.4. Activos Intangíveis	13
3.2.5. Investimentos financeiros.....	13
3.2.6. Inventários	13
3.2.7. Instrumentos Financeiros	14
3.2.8. Fundos Patrimoniais	15
3.2.9. Provisões.....	16
3.2.10. Financiamentos Obtidos Empréstimos obtidos.....	16
3.2.11. Estado e Outros Entes Públicos	16
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	17
5. Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis	17
6. Activos Intangíveis	18
7. Locações.....	18
8. Custos de Empréstimos Obtidos.....	18
9. Inventários	19
10. Rédito.....	19

11.	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes	19
12.	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	20
13.	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	20
14.	Imposto sobre o Rendimento	20
15.	Benefícios dos empregados.....	20
16.	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	21
17.	Outras Informações	21

Balanço

Período findo em 31 de Dezembro de 2023

RUBRICAS	CC	NOTAS	PERIODOS	
			31/12/2023	31/12/2022
ACTIVO				
Activo não corrente				
Activos Financeiros	41		1 865,68	1 854,50
Activos fixos tangíveis	42 + 453		817,38	1 089,85
			2 683,06	2 944,35
Activo corrente				
Inventários	32	9	7 233,71	7 237,03
Clientes	21 (excep. 218)	17.3	1 136,35	343,35
Estado e outros entes públicos	24	17.10	0,00	0,00
Outras contas a receber	22 + 23 + 27 +			
	29	17.4	214 760,09	263 347,30
Diferimentos	28	17.5	2 787,58	1 179,62
Caixa e depósitos bancários	11 + 12 + 13	17.7	102 514,50	33 526,69
Total do activo			328 432,23	305 633,99
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
			331 115,29	308 578,34
Fundos Patrimoniais				
Fundos	51	17.8	121 491,86	121 491,86
Resultados transitados	56	17.8	7 290,81	-6 942,49
			128 782,67	114 549,37
Resultado líquido do período	818	17.8	53.828,92	14.233,30
Interesses minoritários				
Total do fundo de capital			182 611,59	128 782,67
Passivo				
Passivo não corrente				
			0,00	0,00
Passivo corrente				
Fornecedores	22	17.9	8 067,67	13 807,12
Estado e outros entes públicos	24	17.10	4 676,11	9 950,34
Diferimentos	28	17.5	108 510,91	114 020,00
Financiamentos Obtidos	25			
Outras contas a pagar	21 + 23 + 27	17.11	27 249,01	42 018,21
			148 503,70	179 795,67
Total do passivo			148 503,70	179 795,67
Total dos fundos patrimoniais e do passivo			331 115,29	308 578,34

O CONTABILISTA CERTIFICADO
Miguel Rodrigues CC 13340

A DIRECÇÃO
Henrique João Figueira de Sousa Correia, Dr. (Presidente)
Humberto Manuel Neves Vitorino, Dr. (Vice-Presidente)
Vitor Bruno Nóbrega Martins, Dr. (Secretário)

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2023

RENDIMENTOS E GASTOS	CC	NOTAS	PERIODOS	
			31/12/2023	31/12/2022
Vendas e serviços prestados	71 + 72	10	910,66	5 350,00
Subsídios à exploração	75	17.13	301 445,15	366 094,92
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	61	9	-3,32	0,00
Fornecimentos e serviços externos	62	17.14	-67 730,23	-155 297,83
Gastos com o pessoal	63	15	-183 178,00	-205 965,09
Outros rendimentos e ganhos	78 (excep. 785)	17.15	8 132,67	4 774,27
Outros gastos e perdas	68 (excep. 685)	17.16	-5 475,54	-450,50
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos			54 101,39	14 505,77
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	64 e 761	5	-272,47	-277,47
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)			53 828,92	14 233,30
Juros e rendimentos similares obtidos	79	17.17		
Juros e gastos similares suportados	69	17.17	0,00	0,00
Resultado antes de impostos			53 828,92	14 233,30
Imposto sobre o rendimento do período	812			
Resultado líquido do período			53 828,92	14 233,30

O CONTABILISTA CERTIFICADO
Miguel Rodrigues CC 13340

A DIRECÇÃO
Henrique João Figueira de Sousa Correia, Dr. (Presidente)
Humberto Manuel Neves Vitorino, Dr. (Vice-Presidente)
Vitor Bruno Nóbrega Martins, Dr. (Secretário)

Demonstração dos Resultados por Funções

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados		910,66	5 350,00
Custo das vendas e dos serviços prestados		-3,32	0
Resultado bruto		907,34	5 350,00
Outros rendimentos		309 577,82	370 869,19
Gastos de distribuição		0,00	0,00
Gastos administrativos		-251 180,70	-361 262,92
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00
Outros gastos		-5 475,54	-722,97
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		53 828,92	14 233,30
Gastos de financiamento (líquidos)		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		53 828,92	14 233,30
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		53 828,92	14 233,30

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2023

Unidade monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais		
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	6	17.8	121 491,86	-	-	-6 942,49	-	-	-	14 233,30	128 782,67	-	128 782,67
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adoção de novo referencial contabilístico											-		
Alterações de políticas contabilísticas											-		
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											-		
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											-		
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											-		
Ajustamentos por impostos diferidos											-		
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais						14.233,30				39.595,62	-		0,00
	7		-	-	-	14.233,30	-	-	-	39 595,62	-	-	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8	17.8								53 828,92	53 828,92		53 828,92
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8									53 828,92	53 828,92	-	53 828,92
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO													
Fundos													
Subsídios, doações e legados													
Outras operações													
	10		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2023	6+7+8+10		121 491,86	-	-	7 290,81	-	-	-	53 828,92	182 611,59	-	182 611,59

Demonstração dos Fluxos de Caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS
		N
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método		
Recebimentos de clientes		6,50
Pagamentos a fornecedores		-295,55
Pagamentos ao pessoal		-132 428,17
Caixa gerada pelas operações		-132 717,22
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		334 858,64
Outros recebimentos/pagamentos		202 141,42
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		202 141,42
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Activos fixos tangíveis</i>		
<i>Activos intangíveis</i>		
<i>Investimentos financeiros</i>		
<i>Outros activos</i>		
Recebimentos provenientes de:		
<i>Activos fixos tangíveis</i>		-272,08
<i>Activos intangíveis</i>		
<i>Investimentos financeiros</i>		
<i>Outros activos</i>		
<i>Subsídios ao investimento</i>		
<i>Juros e rendimentos similares</i>		0,00
<i>Dividendos</i>		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-272,08
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
<i>Financiamentos obtidos</i>		
<i>Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio</i>		
<i>Cobertura de prejuízos</i>		
<i>Doações</i>		
<i>Outras operações de financiamento</i>		
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Financiamentos obtidos</i>		
<i>Juros e gastos similares</i>		
<i>Dividendos</i>		
<i>Redução de fundos</i>		
<i>Outras operações de financiamento</i>		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		69 152,12
Efeito das diferenças de câmbio		0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		33 526,69
Caixa e seus equivalentes no fim do período		102 678,81

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

O CONTABILISTA CERTIFICADO
Miguel Rodrigues CC 13340

A DIRECÇÃO

Henrique João Figueira de Sousa Correia, Dr. (Presidente)
Humberto Manuel Neves Vitorino, Dr. (Vice-Presidente)
Vitor Bruno Nóbrega Martins, Dr. (Secretário)

Anexo

1. Identificação da Entidade

A Saúde em Português, com sede em Coimbra na Avenida Dr. Elísio de Moura n.º. 417, R/C em Coimbra, é uma instituição sem fins lucrativos constituída sob a forma de “Associação” em 4 de Novembro de 1993, e cuja constituição foi publicada no Diário da República – III Série, n.º. 180, de 05/08/1994.

Desde 8 de Agosto de 2012 está registada como IPSS.

Tem como actividade **“promover a integração social e comunitária, com vista ao desenvolvimento integral da pessoa humana, respeitando e assegurando os seus direitos e liberdades fundamentais”**.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de Julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2012.

O montante total de ajustamento à data da transição reflecte a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adopção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em “*Resultados Transitados*”. Assim, os efeitos provenientes da adopção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de Janeiro de 2011) foram registados em “*Fundos Patrimoniais*” e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

Reconciliação dos Fundos Patrimoniais	
Fundos Patrimoniais PCIPSS	0,00
Desreconhecimento de Activos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	121.491,86
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	121.491,86
Fundos Patrimoniais SNC-ESNL	121.491,86

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é a seguinte:

Reconciliação do Resultado	
Resultado Líquido PCIPSS	0,00
Desreconhecimento de Activos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0,00
Resultado Líquido SNC-ESNL	0,00

Não há lançamentos de adaptação do PCIPSS para o SNC-ESNL no que respeita ao resultado.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” (Notas 17) e “*Diferimentos*” (Nota 17)

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Não existem ativos que tenham sido atribuídos à Entidade a título gratuito.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela II anexa ao Decreto Regulamentar 25/2009, de 14/09.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Não existem bens do património histórico e cultural

3.2.3. Propriedades de Investimento

Não aplicável

3.2.4. Ativos Intangíveis

Não aplicável

3.2.5. Investimentos financeiros

Não aplicável

3.2.6. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao custo médio.

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio.

Aos Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, estão diretamente relacionados com a capacidade de gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo médio ou custo corrente, dependendo do tipo de inventário/compras.

3.2.7. Instrumentos Financeiros

Não existem mecanismos negociados de eliminação de riscos financeiros (câmbios, taxas de juros, entre outros)

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores /beneméritos /patrocinadores /doadores /associados /membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “*Clientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor. Inclui ainda os depósitos a prazo em nome da Associação.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- resultados líquidos de exercício
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9. Provisões

A Associação tem apenas provisões para férias e subsídio de férias.

3.2.10. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Não existem Financiamentos obtidos.

Locações

Não existem contratos de Locação

3.2.11. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) *As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social, defesa do meio ambiente e interprofissionalismo agroalimentar. (Redação da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro)*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director - geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*

c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”

A ‘Saúde em Português’ não estimou imposto sobre o rendimento dado que a atividade de prestação de serviços em que está inserida se encontra isenta do respetivo pagamento de imposto.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações.

Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2020 a 2023 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não possui bens de domínio público.

Bens do património histórico, artístico e cultural

A Entidade não possui bens do património histórico, artístico e cultural.

Activos Fixos Intangíveis

A Entidade possui investimentos financeiros decorrentes do Fundo de Compensação de Trabalho no valor € 1.865,68.

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-01-2023	Aquisições /Doações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-12-2023
Ativo Fixo Tangível						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	0,00					0,00
Equipamento básico	1 246,99					1 246,99
Equipamento de transporte	10 500,00					10 500,00
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	51 915,41					51 915,41
Outros activos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	63 662,40	0,00	0,00	0,00	0,00	63 662,40
	Saldo em 01-01-2023		Abates	Depreciações	Revalorizações	Saldo em 31-12-2023
Depreciações acumuladas	0,00					0,00
Terrenos e recursos naturais						0,00
Edifícios e outras construções						0,00
Equipamento básico	1 246,99					1 246,99
Equipamento de transporte	10 500,00					10 500,00
Equipamento biológico						0,00
Equipamento administrativo	50 825,56			272,47		51 098,03
Outros activos fixos tangíveis						0,00
Total	62 516,90	0,00	0,00	272,47	0,00	62 789,37

Propriedades de Investimento

A Entidade não possui “Propriedades de Investimento”.

6. Activos Intangíveis

Não aplicável

Outros Activos Intangíveis

Não aplicável

7. Locações

Não aplicável

8. Custos de Empréstimos Obtidos

Não Aplicável

9. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2023				2022			
	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário Final	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário Final
Mercadorias	7 237,03	0,00	0,00	7 233,71	7 237,03	0,00	0,00	7 237,03
Mat.primas, subs.consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Total	7 237,03	0,00	0,00	7 233,71	7 237,03	0,00	0,00	7 237,03

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-3,32		-3,32		0,00		0,00
Variações nos inventários da produção		0,00		0,00		0,00		0,00

10. Rédito

Para o período de 2022 e 2023 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2023	2022
Vendas	5,66	6,13
Prestação de Serviços		
Quotas dos utilizadores	0,00	0,00
Quotas e Jóias	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e	905,00	2 000,00
Outros rendimentos e ganhos	8.132,67	9 939,86
Juros		
Royalties		
Dividendos		
total	9 043,33	11 945,99

11. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Provisões

Foi constituída uma provisão para subsídios de Férias ganhas em 2023 e a gozar em 2024, no valor de €23.909,65, considerando os funcionários em janeiro de 2024, que eram cerca de “8”.

Passivos contingentes

Não se aplica

Activos contingentes

Não se aplica

12. Subsídios do Governo e apoios do Governo

Descrição	2023 +	2022
Subsídios do Estado e outros entes públicos	289 785,09	334 839,14
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações	11 660,06	31 255,78
Heranças	0	0
Legados	0	0
...	0	0
Total	301 445,15	366 094,92

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

14. Imposto sobre o Rendimento

Não aplicável

15. Benefícios dos empregados

Aos membros dos órgãos directivos não foram processadas quaisquer remunerações

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2023 foi de “9”. Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2023	2022
Remunerações dos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao Pessoal	149 335,12	167 350,48
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	253,33	919,34
Encargos sobre as remunerações	30 754,81	36 054,97
Seguros Ac.Trabalho e Doenças Prof.	2 474,44	1 205,00
Gastos de Acção Social	360,30	435,30
Outros gastos com o pessoal	0,00	0,00
total	183 178,00	205 965,09

16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1. Investimentos Financeiros

Não aplicável

17.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

Não aplicável

17.3. Clientes e Utentes

Para o período de 2023 e 2022 a rubrica “*Clientes*” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	1 136,35	343,35
Utentes		
Clientes e Utentes, títulos a receber		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes de cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
total	1 136,35	343,35

No período de 2023 não foi registada qualquer “Perda por Imparidade”.

17.4. Outras contas a receber

Descrição	2023	2022
Fornecedores	456.40	2 295.56
Pessoal	-	-
Outras Contas a receber	214 303.69	261 051.74
Provisões	-	-
Total	214 760,09	263 347,30

17.5. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2023, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Gastos a reconhecer:		
Seguros	2 787,58	767,87
Rendas	-	400,00
Outros	-	11,75
total	2 787,58	1 179,62
Rendimentos a reconhecer:		
Outros proveitos diferidos	108 510,91	114 020,00
total	108 510,91	115 199,62

17.6. Outros Activos Financeiros

Não aplicável

17.7. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2023, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2023	2022
Caixa	354,25	655,49
Depósitos à ordem	102 160,25	32 871,20
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
total	102 514,50	33 526,69

17.8. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-01-2023	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-12-2023
Fundos	121 491,86			121 491,86
Excedentes técnicos	0,00			0,00
Reservas	0,00			0,00
Resultados transitados	-6 942,49	14 233,30		7 290,81
Excedentes de revalorização	0,00			0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00			0,00
total	114 549,37	14 233,30	0,00	128 782,67

17.9. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Fornecedores c/c	8 067,67	13 807,12
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	8 067,67	13 807,12

17.10. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0	0
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	0	0
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	172,50	40,02
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	989,00	2 635,61
Segurança Social	3514,61	7 274,71
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	4 676,11	9 950,34

17.11. Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2023		2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Remunerações a pagar	-	1 178,86	-	0,00
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	24 234,97	-	18 917,62
Outros credores	-	1 835,18	-	3 502,57
Total	-	27 249,01	-	22 420,19

17.12. Outros Passivos Financeiro

Não aplicável.

17.13. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2023 e 2022, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2023	2022
Subsídios do Estado e outros entes públicos	289 785,09	334 839,14
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações	11 660,06	31 255,78
Heranças	0	0
Legados	0	0
...	0	0
Total	301 445,15	366 094,92

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão também divulgados na Nota 12 do Anexo.

17.14. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	16 865,69	76 844,84
Materiais	14 468,17	18 597,07
Energia e fluidos	7 950,80	8 183,67
Deslocações, estadas e transportes	2 920,29	15 820,75
Serviços diversos (*), dos quais:	25 525,28	35 851,50
Rendas e alugueres	21 013,25	25 183,44
Comunicação	1 427,72	6 694,63
Seguros	833,34	884,36
Contencioso	64,00	
Despesas de representação	443,98	19,20
Limpeza, higiene e conforto	219,75	799,50
Outros Serviços	1 523,24	2 270,37
Total	67 730,23	155 297,83

(*) Discriminação das três rubricas de maior valor.

17.15. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “*Outros rendimentos e ganhos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Rendimentos Suplementares	3 854,85	4 733,07
Descontos de pronto pagamento obtidos	0.50	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Outros rendimentos e ganhos	4 277.32	41.20
Total	8 132,67	4 774,27

17.16. Outros gastos e perdas

A rubrica de “*Outros gastos e perdas*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Impostos	292,51	261,74
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Correções de Exercícios anteriores	4 823.95	109.51
Outros Gastos e Perdas	359,08	79,25
Total	5 475,54	450,50

17.17. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2023	2022
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	0,00	0,00
Resultados financeiros	0,00	0,00

17.18. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2023.

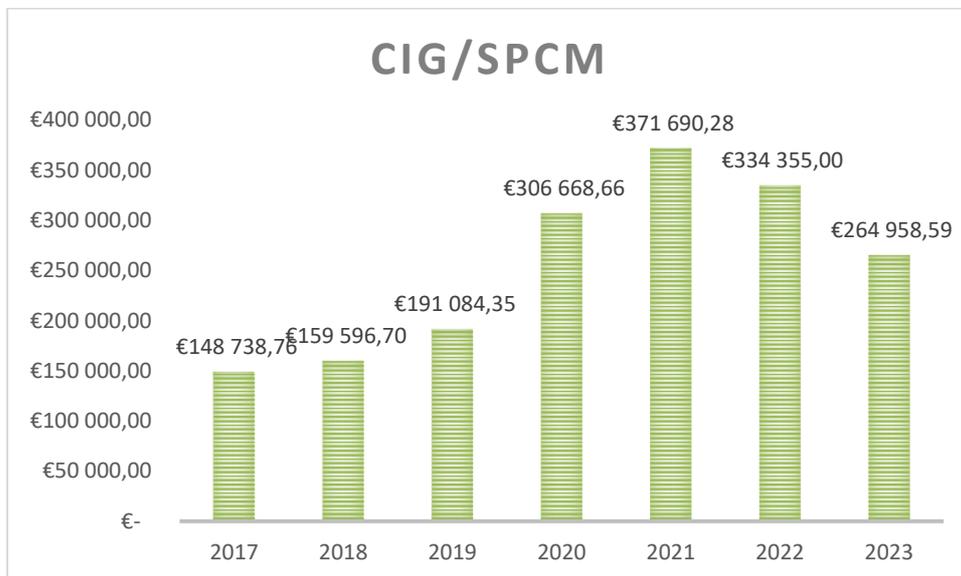
Não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Coimbra, 26 de Março de 2024

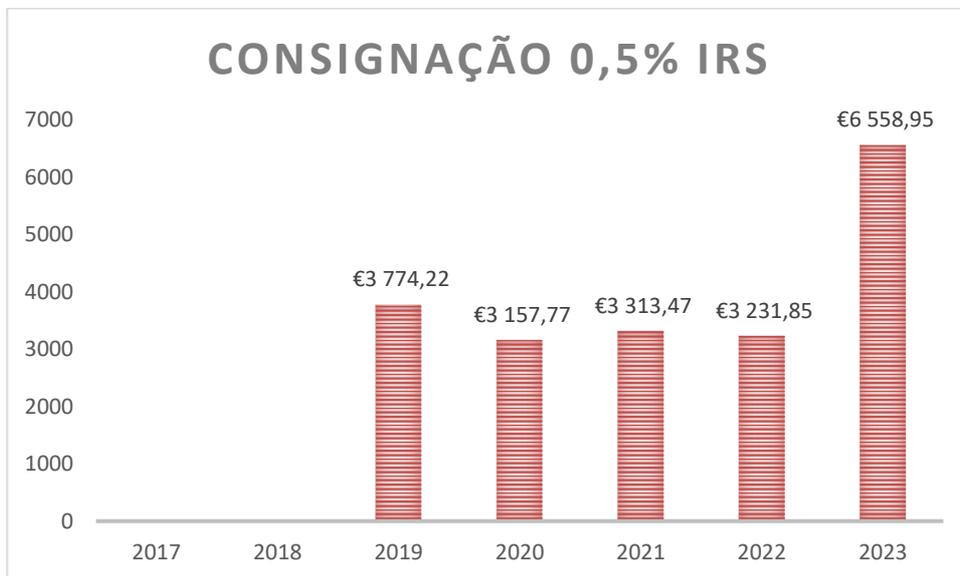
O Contabilista Certificado
Miguel Rodrigues CC 13340

A DIRECÇÃO
Henrique João Figueira de Sousa Correia, Dr. (Presidente)
Humberto Manuel Neves Vitorino, Dr. (Vice-Presidente)
Vítor Bruno Nóbrega Martins, Dr. (Secretário)

Exercício de 2023



Exercício de 2023



Exercício de 2023



Exercício de 2023

